



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol. 15, número 2, jul-dez, 2022, pág.432-448.

ASPECTOS ACERCA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E DESIGUALDADES RACIAIS NA AMAZÔNIA: reflexos na formação profissional dos professores indígenas.

Alcioni da Silva Monteiro
Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas
Kellyane Lisboa Ramos

Resumo:

Este estudo aborda os reflexos na formação profissional dos professores indígenas frente aos aspectos das pesquisas atuais em consonância com o processo histórico da educação escolar e as desigualdades raciais na Amazônia. O texto é resultado de um estudo abordado no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, quando me deparei com fomentos de correlação com a minha pesquisa frente ao racismo na Amazônia. As desigualdades raciais é um fato que ainda permeia os contextos educacionais e sociais, traumatizando e excluindo os povos indígenas e negros, impactando a dignidade e a construção da identidade étnica. Dessa forma, o presente estudo aborda como objetivo, analisar as relações étnicas raciais e o porquê de ainda existir o silenciamento das práticas raciais e o preconceito no que se refere aos povos indígenas socialmente explícito nos dias atuais. É perceptível que todos os contextos educacionais advêm de contextos históricos com base no processo de colonização e alienado pelo o processo dos modos de produção atual. Assim, é preciso ressignificar a educação escolar, respeitando a diversidade cultural, para que se possa constituir, sujeitos capazes de atuar e se posicionar no mundo, valorizando a comunicação e as diferenças raciais entre os cidadãos.

Palavras-chaves: Educação escolar indígena, Relações étnico-raciais, Formação de professores indígenas, Ressignificação escolar.

Abstract

This study approaches the effects on the professional training of indigenous teachers in terms of aspects of current research in line with the historical process of school education and racial inequalities in the Amazon. The text is the result of a study of the Doctoral course of the Postgraduate Program in Education (PPGE) at the Federal University of Amazonas – UFAM, when I came across fomentos of correlation with my research on racism in the Amazon.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Racial inequalities are a fact that still permeates educational and social contexts, traumatizing and excluding indigenous and black peoples, impacting dignity and the construction of ethnic identity. Thus, this study aims to analyze the racial ethnic relations and why there is still the silencing of racial practices and prejudice with regard to socially explicit indigenous peoples today. It is noticeable that all educational contexts come from historical contexts based on the colonization process and alienated by the process of current modes of production. Thus, it is necessary to give new meaning to school education, respecting cultural diversity, so that individuals capable of acting and positioning themselves in the world can be constituted, valuing communication and racial differences among citizens.

Keywords: Indigenous school education, Ethnic-racial relations, Indigenous teacher education, School redefinition.

Introdução

Diante da emergência de se respeitar o outro, a desigualdade racial vem tomando visibilidade como debate para se refletir e combater os casos de violência enfrentados pelos povos indígenas e a população negra. Com isso, a escola e a formação docente, tornam-se cada vez mais importantes como ferramentas de conscientização para se construir e contribuirmos no enfrentamento das questões raciais, enraizada nos contextos ideológicos e de violência do processo de invasão do Brasil.

A formação docente brasileira, ainda demonstra lacunas as quais, necessitam de uma estrutura curricular mais eficiente e que abranja a interculturalidade e as especificidades culturais da sociedade existente. Segundo os estudos teóricos, o que se observa nos currículos dos cursos de graduação e de formação continuada, ofertados aos professores indígenas, são estruturas engessadas nos currículos advindas do processo histórico, na qual, ao longo dos séculos, tinha como objetivação, inibir e silenciar a voz e lutas dos povos indígenas e negros.

Portanto, deve-se considerar uma ressignificação nos cenários da educação escolar, para que se possa enfrentar o modelo de educação que ainda



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

se engessa em perspectivas ideológicas e racistas nos interiores das universidades. Uma educação antirracista, não fomentará somente os novos profissionais para os contextos escolares, mas, experiências e ações pedagógicas na interface de um cenário, capaz, de entender e analisar o sujeito que queremos e se deve formar.

Partindo do ponto que vivenciamos em uma sociedade democrática e cada vez mais, os povos indígenas e negros conquistam, mesmo que de forma paulatina, direitos e efetividades, nas construções de uma nova concepção no que se refere, as relações étnico-raciais, a formação dos professores pautada nas relações interculturais e no respeito as diferenças, fomentará nos contextos educacionais e na constituição de uma sociedade futura, uma oferta educacional aos povos indígenas e negros, subsidiada na construção de uma perspectiva decolonial e antirracista.

Para isso, se faz necessário políticas públicas, compromisso e respeito do governo ao que já foi conquistado e o que ainda precisa ser reconstruído e reavaliado diante das injustiças histórica e impactos negativos relacionado ao ressignificação e fortalecimento da identidade e cidadania dos indígenas e negros da Amazônia.

Diante desses pressupostos, se objetiva articular neste estudo, aspectos da contemporaneidade para se analisar as relações étnico raciais e o porquê de ainda existir o silenciamento das práticas raciais e o preconceito no que se refere aos povos indígenas. Para essas contribuições, foi tomado como norte a pesquisa bibliográfica, uma vez que este estudo faz parte de um processo do curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que ainda em está andamento em consonância com os fomentos da disciplina Educação, Culturas e Desafios Amazônicos. Com isso, para embasar este estudo, se abordou autores como BHABHA (1998), BORNIOTTO (2015), COUTINHO (2016), MASCARENHAS (2017), MONTEIRO e MASCARENHAS (2019), OLIVEIRA (2020), SANTOMÉ (1995) e outros.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

1. Povos Primeiros do Brasil e cidadania

Os estudos fomentados no século XXI, não deixam dúvidas de que o Brasil é um país racista e preconceituoso. Isso decorre do processo de colonização ao longo dos séculos, reforçadas com as posições subalternas das sociedades indígenas e negras como minoria, no que se refere aos desamparos e validações de seus direitos. Essas preferências para a ação de violência, são agravadas com a composição das estatísticas e realidades de pobreza.

Com a dominação dos brancos, nos primórdios da colonização do Brasil, a escravidão indígena foi constituída, sendo partilhada com a escravidão negra. Conforme Peixoto (2017), somente em 1750, os povos indígenas foram libertos da condição de violência e massacre contra suas culturas, identidade e mão de obra, enquanto os a sociedade dos negros, em 1888.

Todavia, a realidade desses povos é contraditória no que se refere a ilusão de liberdade para o ingresso na sociedade e garantia de sua formação cidadã plena. Mesmo libertos, os povos indígenas e negros, foram privados historicamente diante das condições de igualdade e composições sociais. Dessa forma, o ingresso social igualitário, reconhecido e garantido, ainda é causa de lutas e conquistas por meio de movimentos.

Os movimentos sociais se formaram, cresceram e se fortaleceram, e com eles as lutas por identidades e direitos. Aquele caminho pré-determinado, que condensava caboclos e mulatos na categoria povo, cujo destino era ser branqueado e civilizado, foi redirecionado por grupos considerados minorias. Minorias conscientes que exigiam reparações históricas. Isso deu uma nova configuração à questão racial. O grande momento para o reconhecimento de identidades e direitos foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 que reconhece direitos (PEIXOTO, 2017. P. 42 - 43).

Se percebe com essa contextualização que o racismo, frente aos indígenas e negros, possui uma construção social histórica e que contrapõe as realidades dos brancos, pois, essas ascendências decorrem das desigualdades e de legados de privilégios entre as relações entre os povos de ascendência



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

africana e indígenas. Assim, foi diante dessas construções sociais, que surgia os fenótipos de etnia e cultura ligadas à contextualização de raça.

Dessa forma, segundo Peixoto (2017),

Raça no Brasil passou a ser sinônimo de negro. Por mais que seja evidente a adoração pelo branco e suas características fenotípicas, percebo que o uso da palavra raça é quase sempre associada ao negro e era comum o racismo se manifestar através de frases com teor pejorativo como ‘só mesmo sendo dessa raça’, para justificar algo ruim ou mal feito. Já falar de índio passou a ser falar de etnia e elencar seus conteúdos e valores culturais. Teria sido essa uma forma voluntária de afastar o índio do discurso racial e isolá-lo ora no passado ora dentro da mata? (p. 43).

Essas categorizações, limita não somente as questões culturais, mas também, o reconhecimento da identidade daqueles considerados indígenas e negros. Sobre isso, a construção da identidade nacional, segundo Silva (2001), é algo presente desde a invasão do Brasil e que somente a partir da criação da república no fim do século XVII em consonância com os dias atuais, é que se revelou a importância e necessidade de se constituir a construção da identidade para a valorização da identidade nacional.

Dessa forma, conforme Mascarenhas (2017), dar visibilidade as questões racistas em relação aos povos indígenas, é não silenciar suas vozes e confrontar o racismo frente aos caminhos concretos para o equilíbrio social e garantia da cidadania humana. Contudo, educar para conscientizar os sujeitos se faz imprescindível, para assim, transformar as realidades de violências raciais, para as conduções de pensamentos e ações frente a descolonização da sociedade vigente para as constituições de igualdade e bem-estar social a todos.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

2. Aspectos históricos na construção da educação escolar (racista) dos povos vulneráveis do Brasil

O racismo é uma realidade brasileira e está presente em todos os meios sociais, resultado de um processo histórico opressor e sangrento diante do sequestro dos povos negros e massacre dos povos indígenas. A prática do racismo gerou ao longo dos séculos, atitudes e comportamentos de preconceito, discriminação, estereotipação e inferioridade das classes de ¹minorias étnicas.

Diante desses pressupostos, ocorreu ainda, dentre os vários fatores, a negação da educação escolar. Todavia, quando o processo de formação escolar foi concedido, a mesma se deu de forma violenta e de acordo com os interesses dos colonizadores.

O processo educativo foi confiado aos jesuítas, na qual tinham como missão, doutrinar os povos indígenas a fim de possibilitar e facilitar a exploração dos recursos amazônicos bem como a mão-de-obra indígena. Essa imposição acarretou a perda e eliminação da cultura e dos valores dos povos indígenas.

Se faz a importância de salientar também, como se deu o processo de escolarização vivenciados por aqueles que foram sequestrados e escravizados. Brasil (2000) relata que, com a declaração ao direito à instrução a todos os cidadãos, sistematizada na Constituição de 1824, foi concedido para aqueles que viviam na escravidão e aos indígenas, o acesso à leitura e escrita. Todavia essa instrução era inútil, pois, ocorria de forma forçada pela violência e exclusão como um todo.

Segundo Fonseca (2002, p.12), essa desigualdade foi regulamentada, tempos depois, pela Lei Imperial 1 de 14 de janeiro de 1837, na qual proibia o acesso as escolas públicas para “escravos e pretos africanos”. Essa exclusão,

¹ Minorias no sentido da negação de seus direitos constituintes.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

ocorria porque, o acesso ao conhecimento aos povos étnicos, causava temor por poder influenciar na desconstrução da alienação sofrida e na transformação da violência vivida pelos povos escravizados, desestabilizando assim, na ideia dos colonizadores, a boa convivência entre não indígenas, indígenas e negros.

Dessa forma, a educação se constituiu como uma ferramenta, pautada na dominação e alienação, para impor o modelo de sociedade de poder e superioridade dos dominadores. Contudo, com a abolição do processo de escravidão, a instrução conforme Fonseca (2002), tomou novos horizontes e com isso, se iniciou a instrução como necessidade de uma nova sociedade capitalista que ao longo do processo foi sendo construída.

Mesmo com as conquistas do século XXI, ainda se faz necessário lutar por condições melhores para as estruturas pedagógicas das escolas públicas, principalmente no que se refere as escolas indígenas. O ensino ao indígena fomentado em lei, ainda apresentam graves e violentos descasos nas realidades dos contextos amazônicos.

Diante dos pressupostos, é possível afirmar que, para uma educação de qualidade, se faz necessário entender e se conscientizar do massacre e do processo de exclusão que os negros e indígenas sofreram e ainda abarcam com a posição social, sendo considerados como os grupos mais vulneráveis no que se refere ao acesso da qualidade de vida, educação e formação. Sobre isso, Mascarenhas (2017, p. 3).

Para que as atuais gerações construam e desenvolvam uma forte identidade nacional e em particular amazônica, têm direito à verdade sobre seu passado. É necessário saber quem somos, qual foram nossas origens, de onde e porque vieram para este espaço geográfico nossos antepassados e em que circunstâncias, para que possamos avançar em direção à construção de um futuro comum com o propósito de possibilitar o bem estar de todos os integrantes da sociedade nacional, com cidadania e soberania sobre seu território e riquezas, sob pena de viver uma existência alienada de suas raízes como folhas ao vento, sem identidade nacional e liberdade para traçar o seu presente e futuro.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

É no nível da consciência humana que se desenvolve as concepções sociais necessárias às transformações do mundo. Sobre isso, temos a ignorância e indiferença que elencam o racismo causando danos aos negros e indígenas, que por séculos, viram suas histórias ceifadas para a construção de uma sociedade com base no eurocentrismo e imposta como superior.

Assim, a educação formal, se destaca como o principal caminho para promover a cidadania necessária para a elevação dos valores que a sociedade vigente necessita. A educação como formação humana, deve problematizar, questionar e considerar as diferenças socioculturais, para que se possa conscientizar e conquistar um mundo melhor.

3. Reflexos da desigualdade racial na formação profissional dos professores indígenas da Amazônia

Muitos dos povos do sul do Amazonas, ainda vivem aprisionados em suas prisões sem muros, na qual tem como impacto, a desvalorização de sua própria identidade, cultura, formação educacional e profissional. Esse fato, se justifica pelos reflexos ideológicos dos grupos dominantes como imposição da dominação ao longo dos séculos.

Sobre isso, Coutinho fomenta,

A educação é um processo historicamente constituído, o que significa afirmar que ela adquire características diferenciadas, em cada momento histórico, em função das condições reais de existência humana, da qual é expressão e para a qual se organiza (COUTINHO, 2016, p. 386).

Dessa forma, o processo de formação humana ocorre conforme nossas vivências, experiências e contexto social constituído. Igualmente ocorre com a formação escolar e profissional dos indivíduos. Todavia, o que difere essas



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

contextualizações é a forma como alguns grupos, desde a sociedade antiga, precisou prover sua existência e sua formação na educação formal.

Sobre isso, Santomé (1995, p. 160) aborda para o desenvolvimento na formação de estudantes e do próprio professorando, um trabalho pautado

[...] na formação de pessoas críticas, ativas e solidárias, e de ajuda na reconstrução da realidade, é imprescindível prestar uma atenção prioritária aos conteúdos culturais, assim como, naturalmente, às estratégias de ensino e aprendizagem e avaliação para levar cabo tal missão.

Não podemos esquecer que o professorado atual é fruto de modelos de socialização profissional que lhe exigiam unicamente prestar atenção à formulação de objetivos e metodologias, não considerando objeto de sua incumbência a seleção explícita dos conteúdos culturais.

Esse modelo de formação escolar, ainda é válido nos dias atuais dos contextos amazônicos. No que se refere a formação dos indígenas, seja na escola e na formação de graduação dos professores, essa realidade integra o descaso com a educação específica, intercultural e bilíngue se considerarmos o que se fomenta a lei.

Nessa composição,

os desafios desta proposta educativa não param por aí, visto que não basta apenas condições físicas adequadas para o seu devido funcionamento, como prédio, carteiras, material didático e luz elétrica, por exemplo, mas carecem, sobretudo, de profissionais da educação de preferência das próprias comunidades indígenas, com formação adequada para atender, de forma integral, as demandas das sociedades indígenas, além, é claro, da utilização de uma proposta curricular construída que atenda as exigências de cada etnia (MONTEIRO & MASCARENHAS, 2019, p.528).

Como consequência, temos a formação de professores indígenas, construída e organizada ao não interesses dos povos indígenas. E com isso, o preconceito racial, mesmo de forma invisível a esses povos, é fortalecido com



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

as ausências das vozes e deformidades que ainda são consolidadas nos processos escolares e nos cursos de graduação ofertadas aos professores de origem étnica.

Os diversos estudos relacionados aos propósitos atribuídos à Educação do século XXI demonstram a grandeza dos desafios a serem perseguidos pelos povos indígenas (povos primeiros no território invadido) a fim de validar na prática do cotidiano, seus direitos constituintes. Mesmo com a conquista de tais promoções de direitos, os povos primeiros ainda anseiam por um processo de formação de professores que esteja em sintonia com as demandas da sociedade atual e consistam nas especificidades de seus povos (MONTEIRO et al., 2019, p.113).

Esses fatores demonstram o tão complexo é a realidade dos povos indígenas no que se refere a formação educacional digna e de qualidade. Essas consequências são comportamentos racistas em relação a maneira de como nossa educação escolar foi pensada e formada.

Todavia, afirmar com notoriedade que existe o racismo no Brasil, sobretudo ao povo indígena, é recente. Isso se deve ao movimento negro brasileiro que há tanto tempo sofrem e lutam para que essa configuração tome visibilidade seja na forma individual ou institucional.

Geledés (2013), aborda o racismo como uma ideologia presente e aplicada, nas estruturas e desenvolvimento das políticas públicas, assim como, na organização do governo e Estado. Com essa realidade, essa forma de comportamento humano, finda se estendendo e alcançando, principalmente, os campos políticos e culturais.

Com essas realidades, o racismo se aflora também, no sistema educacional, seja de forma consciente ou oculta. Dessa forma, o racismo se mantém em sistema organizado e com valores estruturados e determinados na aparência, nos quais são definidos nos níveis pessoais, interpessoais e institucionais.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Com uma ideia populacional hegemônica, se fortaleceu a desigualdade e a forma equivocada de se prover a formação profissional dos professores de origem étnica. Para que os povos indígenas da Amazônia, possam construir e receber uma legitimação da educação escolar e formação continuada de qualidade e adequada ao seu povo, é preciso reconhecer o racismo institucional e as diferenças culturais na construção de uma sociedade melhor e consciente.

Segundo Monteiro e Mascarenhas (2019), muitos professores ainda não se sentem confortáveis nos cursos de formação. Essas questões ocorrem porque, muitas das instituições que subsidiam os cursos de formação, ainda não possuem preparos para tolerar ou trabalhar o diferente.

Isso ocorre porque, a tolerância do ser diferente assusta quando não é igual ao que foi posicionado ideologicamente ao longo dos anos em nossas mentes, e a escola e instituições foram utilizadas implicitamente para tal (MONTEIRO & MASCARENHAS, 2019, p. 115).

Nesse sentido, o racismo institucional torna-se um ato dos modos de organização social. Entretanto, a falta de conscientização crítica e autonomia dos espaços educacionais, converte-se em uma ferramenta subordinada para os interesses das classes dominantes. Assim, os grupos vulneráveis são aprisionados nos eixos da exclusão e do silenciamento frente a efetivação dos seus direitos e vozes.

As atitudes de racismo e discriminação costumam ser dissimuladas também recorrendo a descrições dominadas por estereótipos e pelo silenciamento de acontecimentos históricos, sócio-econômicos e culturais. É muito difícil encontrar raciocínios em torno de conceitos como exploração e domínio, alusões a situações de escravidão e ações de brutalidade, com as quais se levam a cabo muitas das invasões e colonizações de populações e territórios. A preponderância de visões e/ou silenciamentos da realidade que recorrem a estratégias como as mencionadas contribuem para configurar mentalidades etnocêntricas, mentalidades que tendem a tudo explicar recorrendo a comparações hierarquizadoras ou a dicotomias exclusivas entre bom e mau. Esta é uma das maneiras de construir e reforçar estereótipos e preconceitos sobre grupos e povos



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

marginalizados e sem poder e, por conseguinte, de lhes atribuir responsabilidades exclusivas pelas situações que lhes são impostas (SANTOMÉ,1995, p. 169-170).

É preciso uma educação libertadora, assim como formação adequada consciente na construção de professores capazes de criar estratégias e linhas de atuação frente ao silenciamento e situações que ocorrem nas instituições de ensino e universidades. Portanto, se faz necessário reconhecer e entender a importância dos diferentes povos e a riqueza de suas culturas como, concepção grupal e individuais para que se possa fomentar a formação pedagógica dos estudantes e profissionais envolvidos nos contextos da educação brasileira.

4. A resignificação escolar frente as práticas racistas

Frentes aos estudos históricos amazônicos, verifica-se que todo o processo educacional, mesmo com as conquistas dos povos negros e indígenas, o universo escolar foi promovido de forma ideológica e alienante. Todavia, considerando o papel da escola em consonância com a resignificação da educação, as diferenças raciais ainda são tratadas de forma discriminatória e de forma inferior nas realidades amazônicas.

É necessário que se adote medidas e se promova políticas públicas com norte para que se promova a conscientização frente a reeducação das relações existentes em consonância com as diversidades dos povos e suas culturas, e que as mesmas, são necessárias e importantes para o bom desenvolvimento social e etnicorracial. Para isso, o processo educacional deve ser resignificado em conjunto a formação continuada dos professores, bem como as práticas pedagógicas escolares.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Nas escolas de todas as esferas e na convivência social nos diferentes ambientes: familiar, comunidades, clubes, igrejas bem como meios de comunicação, o ensino de comportamentos que se situam cientificamente no campo das humanidades carece de profunda revisão e pertinência. E isso em todos os campos do conhecimento, sob pena de parcialidade. O ensino atual tem a tarefa de desvelar as mentiras, equívocos e excessos ideológicos que constituem a realidade atual de racismo, preconceito e criação de tratamentos diferenciados e assimétricos entre as pessoas com base na cor de suas peles em especial a dos povos negros e os batizados por “indígenas” em todo o mundo. A verdade é que todo ser humano tem o direito à verdade sobre sua identidade e cultura. Todo indígena, negro e seus descendentes são credores de reparação e pedido de desculpas, pelos danos que lhes foram causados à identidade, memória e dignidade pelas atrocidades das classes dominantes que historicamente afetaram a qualidade de vida, o bem-estar e o desenvolvimento de suas etnias e que ainda hoje vivem numa sociedade preconceituosa, elitista, autoritária e desigual (MASCARENHAS, 2017, p. 206).

A educação proposta como interesse para todos, traz consigo, uma prática social global onde os interesses se engendram de forma dinâmica, se consolidando não somente nos interesses dominantes, mas no reconhecimento das diversas culturas existentes.

Se as distintas culturas destacam os caminhos e as maneiras através das quais os seres humanos dão sentido a suas vidas, constroem seus sentimentos, crenças, pensamentos, práticas e artefatos (desde textos até instrumentos e produtos em geral), as culturas juvenis vão ser as que, por definição, traduzem a juventude (SANTOMÉ, 1995, p.166).

Portanto, consolidar e reconhecer as diversidades étnicas, bem como, a desigualdade racial, como parte de uma ação consciente para a ressignificação da educação escolar, será possível evidenciar uma sociedade impulsionada em formação de professores capazes de adotar mudanças de posturas nas escolas afim de reconhecer o racismo e a violência como a veracidade que se propagou ao longo da história aos povos indígenas e os povos negros.

Nessas condições, a tolerância não será vista como algo distante, mas, talvez, como postura crítica consciente, diante da problemática que se propaga



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

a falta de respeito ao outro e da condescendência acerca da diversidade. A partir dessa perspectiva, se incluirá e se adentrará na desmitificação racial como ponto de partida para se fazer novas leituras, capazes de combater a problemática racial, que ocasiona a desigualdade e a exclusão dos grupos vulneráveis, dos contextos escolares e sociais como um todo.

Considerações finais

No que se refere a educação escolar, é imprescindível se tomar novas posturas críticas e conscientes nos âmbitos das instituições educativas para que se reconheçam as desigualdades raciais e os impactos que ocorrem nas vidas dos povos indígenas e negros da Amazônia.

Apesar das conquistas e avanços na sociedade vigente, a prática do racismo é favorecida por meio de atos dissimulados em muitos ambientes educacionais. Com isso, se faz necessário iniciativas que apontam caminhos possíveis, para a desenvoltura de uma educação antirracista.

A educação escolar indígena, sofre ainda, os impactos do processo de escolarização ideológica e alienatória dos jesuítas, fortalecida, nos dias atuais, por ações religiosas que massacram a cultura e valores indígenas. Essas ações fortalecem a desigualdade dos povos primeiros junto aos negros, que também, sempre foram violentados ao longo dos percursos históricos.

Para que haja mudanças frente ao processo de conscientização social, se faz imperativo, políticas públicas capazes de criar e promover o respeito às diferenças para que a sociedade se cure da psicopatia voltadas aos povos étnicos. Contudo, esse é um processo paulatino e de longo prazo, na qual, deve ser promovido nos contextos escolares, bem como, na formação dos professores indígenas.

Essa ação exige esforços contínuo de todos. Por conseguinte, a promoção de formação inicial e continuada para os professores indígenas deve



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

estar embasada no currículo, na qual, possam tecer verdadeiramente a história de violência e massacre dos indígenas e negros, para que assim, o conhecimento científico e os saberes tradicionais, possam valorizar a cultura e história, empoderando a identidade e liderança ativa dos povos vulneráveis nesse processo de reconhecimento e formação humana.

Referências:

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte. UFMG. 1998.
BORNIOTTO, M. L. da S.; BORNIOTTO, F. M. **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI FEDERAL Nº 11.645/2008: ações afirmativas contra o preconceito implantadas nas políticas para a educação no Brasil**. Paraná. EDUCACERE, 2015.p. 6939.

BRASIL. **Parecer nº 11/2000, de 10 de maio de 2000**. Brasília: CNE-CEB/MEC.

COUTINHO, L. C. O dilema da relação entre teoria e prática na formação dos profissionais da educação no Brasil: da Escola Normal ao Instituto de Educação. In: ESTÁCIO, A. F; NICIDA, L. R. de A. (Orgs.). **História e Educação na Amazônia**. Manaus: EDUA; UEA Edições, 2016. p.383.

FONSECA, M.V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

GELEDÉS-INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**. Brasil: 2013.

MASCARENHAS, S. A. do N. **ECOS DO RACISMO NA AMAZÔNIA – desafios do ensino para superação da dívida histórica de respeito e cidadania para todos os brasileiros**. Revista EDUCAmazônia - no 9, Vol IX, Número 2, Jul-Dez, 2017, Pág. 202-216.

MONTEIRO, A. da S.; MASCARENHAS, S. A. do N.; *et. al.* **DILEMAS DA EDUCAÇÃO INTERCIVILIZACIONAL NA AMAZÔNIA – meta epistemologia de contexto intercivilizacional**. Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem-Estar. ISSN 2594-8806. Ano 2, Vol. IV, Número 1, jan-jun., 2019, p. 108-123.

MONTEIRO, Alcioni. MASCARENHAS, S. A. do N. **Educação intercivilizacional, formação de professores e justiça curricular**. Revista EDUCAmazônia - Ano 12, Vol XXIII, Número 2, Jul-Dez, 2019, p.522-536.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

OLIVEIRA, L. L. Educação, realidade amazônica e formação do professor: o particular e o universal. In: COLARES, A. A.; et. al (Orgs.). **Educação e realidade amazônica** – Volume 5. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 327.

PEIXOTO, K. P. F. **Racismo Contra Indígenas: reconhecer é combater.** *Anthropológicas*. Ano 21, 28(2): 27-56, 2017.

SANTOMÉ, J. T. **As culturas negadas e silenciadas no currículo.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-177.

SILVA, A. L. da. **Educação para a tolerância e os povos indígenas no Brasil.** In: *Povos Indígenas e Tolerância: Construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

WEIGEL, V. A.C. de M. **Escola de branco em maloka de índio.** Manaus: EDUA, 2000.

Recebido: 30/10/2021. **Aceito:** 30/12/2021.

Autoras:

Alcioni da Silva Monteiro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades – PPGECH (2019), pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

E-mail: alcionimonteiro81@gmail.com

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas

Docente na UFAM, graduação e pós-graduação

E-mail: suelyanm@ufam.edu.br

Kellyane Lisboa Ramos

Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2019).

E-mail: kellyanne.ped@gmail.com